

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFAAT
CURSO DE PEDAGOGIA

ALESSANDRA RAMALHO

**RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Bragança Paulista
2023

ALESSANDRA RAMALHO

**RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Trabalho apresentado como requisito parcial
para a conclusão do Curso de Pedagogia
(licenciatura) do Centro Universitário UNIFAAT,
sob orientação da Prof^a. Dr.^a Hilda Maria
Cordeiro Barroso Braga.

**BRAGANÇA PAULISTA
2023**

Ramalho, Alessandra

R135r Recursos pedagógicos para a alfabetização de crianças com deficiência intelectual / Alessandra Ramalho, - 2023.

33 f.; 30 cm.

Orientação: Prof.^a. Dr.^a Hilda Maria Cordeiro Barroso Braga.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Centro Universitário UNIFAAT, como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário UNIFAAT, 2023.

1. Inclusão 2. Deficiência Intelectual 3. Pessoas com deficiência intelectual 4. Recursos Pedagógicos I Braga, Hilda Maria Cordeiro Barroso II. Título

CDD 371

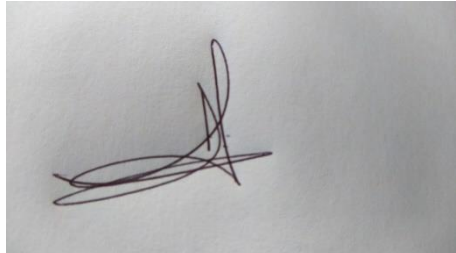
FOLHA DE AVALIAÇÃO

ALESSANDRA RAMALHO

RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Trabalho apresentado para conclusão do Curso de Pedagogia (licenciatura) do Centro Universitário UNIFAAT, realizado sob orientação da Dr.^a Hilda Maria Cordeiro Barroso Braga que, após sua análise, considerou o trabalho aprovado, com a nota 9,0 (nove).

Bragança Paulista, SP, 18 de dezembro de 2023.



Prof.^a Dr.^a Hilda Maria Cordeiro Barroso Braga

Dedicatória

Dedico este trabalho a você leitor, e desejo que este artigo seja fonte de conhecimento, e que contribua em seu aprendizado.

Agradecimentos

Agradeço este trabalho primeiramente a Deus por ter conduzido minha caminhada. Agradeço também a todos os professores, em especial minha orientadora, que me ajudou na realização deste trabalho. E por fim, não poderia deixar de mencionar os familiares e amigos que me ajudaram.

Epígrafe

“O principal objetivo da educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que outras gerações fizeram.”

Jean Piaget

Resumo

O presente trabalho foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, realizando o estudo sobre os recursos pedagógicos para a alfabetização de crianças com deficiência intelectual. Seguindo os princípios de uma educação de igualdade, diversidade e equidade, é importante que os profissionais desta área tenham conhecimento e preparo adequado para atender a todos de maneira que seja promovido o pleno desenvolvimento ao educando, não havendo exclusão ou discriminação. A partir deste estudo espera-se a análise das leis do Brasil e o que estas dizem a respeito da inclusão escolar. O projeto também consiste na apresentação de questões que envolvem a formação docente, bem como as questões que permeiam os significados entorno do termo deficiência intelectual. E por fim, apresentar os recursos que colaboram e promovem uma aprendizagem mais significativa. O trabalho pretende levar o leitor a reflexão e análise sobre o tema, e se necessário uma ressignificação de suas práticas. Portanto, foi desenvolvido seguindo uma sequência partindo do estudo das leis brasileiras sobre o assunto, em seguida, o estudo sobre a formação docente, passando para a definição de deficiência intelectual e chegando ao principal, que é são as características do aprendizado das crianças. Em suma, espera-se que este trabalho possa contribuir para que a escola seja um espaço que proponha e permita uma verdadeira inclusão.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência intelectual. Recursos pedagógicos

Lista de Figuras

Figuras	Título da figura	Pág.
Figura 1	Critério para classificação da deficiência intelectual.	19
Figura 2	Rótulos	23
Figura 3	Figura de comunicação alternativa	25
Figura 4	Lata das emoções	25
Figura 5	Atividade lúdica higiene pessoal	26

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
1 Justificativa	7
2 Problema de pesquisa.....	8
3 Objetivos.....	8
3.1 Objetivo Geral.....	9
3.2 Objetivos Específicos.....	9
4 Método.....	9
CAPÍTULO I	
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	11
CAPÍTULO II	
FORMAÇÃO DOCENTE.....	14
CAPÍTULO III	
DEFINIÇÃO DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL.....	18
CAPÍTULO IV	
CARACTERÍSTICAS DO APRENDIZADO DA CRIANÇA.....	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
5 REFERÊNCIAS.....	30

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho discute e reflete sobre as questões que permeiam a pedagogia envolvendo aprendizado da criança com deficiência intelectual, ou seja, mostrar teorias e práticas da linguagem oral, possível escrita, alfabetização e o desenvolvimento manual na comunicação através da arte, nos direitos e desenvolvimento da aprendizagem, que podem colaborar e apoiar o aluno a se expressar, assim sendo foram criadas uma gama de variedades de práticas pedagógicas. Estas estão ligadas a reflexões de atividades e estímulos algumas estão apoiadas em teorias construtivistas. A visão acolhedora na prática pedagógica gera espontaneidade conforme a atuação do educador que não pode se limitar aos conteúdos didáticos pré-determinados nas fases de aprendizagem da pessoa com deficiência intelectual. Ainda que discutível a questão de "como criar alternativas para desenvolver "as potencialidades do indivíduo com deficiência intelectual existem uma variedade de subsídios expressivos. Em suma, irá dar a oportunidade de dar visibilidade a uma abordagem acolhedora no desenvolvimento da linguagem oral e escrita afim de desenvolver a criança com deficiência intelectual. Para tanto, será realizada uma reflexão sobre quais os conceitos que acerca de deficiência intelectual, como deve ser a prática dos professores e assim um estudo dos recursos que podem ser utilizados para que seja realizado atividades significativas.

1 Justificativa

Letramento é uma forma de inclusão. Letrado, o ser humano dá o primeiro passo na busca por uma construção intelectual que lhe permite, pela palavra escrita, ler o mundo que o rodeia, em seus mais diversos matizes. É a chave de que fala Drummond (2015, p. 105): "Chega mais perto e contempla as palavras/ Cada uma tem mil faces secretas sob a face neutra/ e te pergunta, sem interesse pela resposta, / pobre ou terrível, que lhe deres:/ Trouxeste a chave?". O letramento, portanto, tem esta função: permitir ao estudante escrever e interpretar textos segundo uma concepção sócio-histórica- cultural.

Embora existam muitos materiais voltado a criança com deficiência intelectual, e recursos pedagógicos que auxiliam a criança no processo de alfabetização, ainda

há um “pré-conceito” de professores alfabetizadores que não acreditam no nível de letramento da criança com DI, deste modo o tema proposto neste projeto precisa ser mais estudado de modo que consigam enxergar a criança com deficiência intelectual capaz para desenvolver suas habilidades e superar suas necessidades de escrita. É imprescindível afirmar que o educador é o mediador e tem papel fundamental em todo o processo pedagógico. As pessoas que atuam no mesmo ambiente que as crianças precisam conhecer as várias possibilidades de alfabetização e a maneira particular que cada criança utiliza para desenvolver a língua escrita. Sendo assim, torna-se necessário que as pessoas que compartilham as atividades diárias da criança na escola aprendam os recursos e os procedimentos que precisam ser feitos. (ALVES; ROCHA; CAMPOS, 2010)

2 Problema de pesquisa

O presente artigo visa analisar as práticas e recursos pedagógicos que envolvem a alfabetização de crianças com deficiência intelectual, a fim de responder às seguintes questões:

a) a maneira pela qual os professores têm se preparado para atender os alunos com DI no processo de alfabetização?

b) quais recursos pedagógicos têm se mostrado mais eficazes para o desenvolvimento da criança?

Para que haja esta análise, será investigado as definições e conceitos que envolvem a deficiência intelectual, bem como a maneira pela qual os professores têm se preparado para atender os alunos que fazem parte deste grupo. A partir de toda esta análise, será possível identificar os recursos pedagógicos eficazes para proporcionar um pleno desenvolvimento da criança, e apresentar práticas adequadas que podem ser desenvolvidas pelos professores.

3 Objetivos

Contribuir com as reflexões acerca da apropriação da leitura e da escrita de uma criança com deficiência intelectual e a sua inclusão escolar como condição de almejar e estruturar o ensino nas questões pedagógicas da escola, no intuito de obter

um olhar para além daquilo que já está posto dentro dos padrões atuais, pois é uma forma de estabelecer um diálogo para aqueles que não acreditam que uma pessoa com deficiência intelectual possa ser alfabetizada.

3.1 Objetivo Geral:

O objetivo deste trabalho é descrever o processo como crianças com deficiência intelectual de 6 aos 9 anos se desenvolvem na fase da alfabetização, os métodos e atividades que podem contribuir para uma boa escrita e uma boa interação com o grupo.

3.2 Objetivos Específicos:

- a) Analisar quais sentidos têm sido atribuídos pelos professores ao ensino da leitura e da escrita;
- b) Refletir sobre o preparo e práticas dos docentes.
- c) Examinar as práticas que podem ser adotadas no ensino de alunos com DI.

4 Método

O método de desenvolvimento deste trabalho é a pesquisa bibliográfica, onde por meio de fontes disponíveis em sites, livros, artigos científicos, pesquisa e outros, será apresentada informações que envolvem o tema a ser desenvolvido. Essas publicações irão contemplar as teorias e estudos voltados à temática estudada. Tendo como principal autora, Adiele Marques de Souza Corso, em sua obra “Deficiência intelectual e altas habilidades. Menção também às considerações de autores como: Paulo Freire, Celso Antunes e outros, que tanto contribuíram para a Educação, e que foram fontes de referência neste projeto.

Como mencionado, foram utilizados na bibliográfica básica, livros e artigos científicos, contudo é importante citar que para este artigo, foram utilizados também documentos oficiais como Constituição Federal, ECA, Estatuto da Pessoa com Deficiência e BNCC, como fontes de parâmetros legais para que os expostos estejam de acordo com os direitos do público-alvo.

Para tanto, o trabalho divide-se em quatro capítulos, sendo o primeiro destinado a análise das leis e diretrizes que envolvem o tema. Toda a prática docente deve seguir estas orientações a fim de que sejam garantidos os direitos e deveres estipulados por tais documentos.

O segundo capítulo é desenvolvido analisando a formação docente. É de extrema importância retomar e avaliar o cenário de formação dos professores. Sendo um dos principais mediadores deste processo, se faz necessário refletir sobre os significados atribuídos a formação dos educadores.

O terceiro capítulo aborda os conceitos que envolvem a deficiência intelectual. Dentre os temas a serem abordados, este capítulo foi destinado à sistematização referente às definições dadas ao termo mencionado.

O quarto capítulo vai apresentar os expostos envolvendo o aprendizado da criança analisando as características que envolvem este processo, chegando ao ponto principal a ser explorado por este trabalho.

E para finalizar, a última parte apresenta as conclusões do trabalho, que irá sistematizar o desenvolvimento dos capítulos anteriores. Os expostos foram elaborados de maneira a seguir uma sequência, para que neste capítulo seja realizada a junção dos assuntos, bem como sua associação e finalização.

CAPÍTULO I – A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Uma breve pesquisa, poucos cliques na internet nos redirecionam à diversas publicações sobre o tema. Muitas pessoas dedicam tempo para estudar os desafios educacionais e dessa forma ajudar a todos os envolvidos neste processo. As bibliotecas e sites acadêmicos estão repletos de bons conteúdos que podem ser utilizados como norteadores e fontes de estudo. Contudo, é de extrema importância também pautar os estudos de acordo com as leis e diretrizes previstas para cada procedimento.

Dessa forma, para discorrer sobre o tema, parte-se da análise Constituição Federal de 1988, que já em seu primeiro artigo, estabelece como fundamento da República Federativa do Brasil a dignidade humana. No artigo 3º, incisos I e IV, estabelece como objetivo fundamental construir uma sociedade livre, justa e solidária, bem como promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
II - garantir o desenvolvimento nacional;
III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A Constituição Federal propõe uma sociedade livre, justa e solidária dentre outros direitos. Nela há as leis que envolvem os direitos que fundamentam o país. Apesar disso, há outras leis específicas que completam os direitos dos brasileiros. É importante lembrar que uma lei não anula a outra, pelo contrário elas se completam, como se fossem um complemento uma da outra. É o caso do da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

Neste dia, foi sancionada a “Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência” ou como também é conhecida, o “Estatuto da Pessoa com Deficiência”. Esta lei, conforme disposto no Art. 1º, é destinada a assegurar e promover em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, buscando a sua inclusão social e cidadania.

No que diz respeito ao direito à educação, o Art. 27 do referido estatuto constitui a educação como direito, sendo assegurado sistema educacional inclusivo em todos

os níveis de aprendizado ao longo da vida. O artigo ainda deixa claro que este aprendizado deve ocorrer de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades. Em continuação, no parágrafo único salienta que é dever do Estado, da família da comunidade escolar e sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência.

E considerando o público-alvo desta pesquisa, em consonância aos documentos apresentados, nada mais adequado que mencionar também as disposições estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que nos apresenta informações de extrema importância, que por si só poderiam ser percorridas em um artigo apenas de estudo delas. Neste estudo, fica o destaque ao artigo 3º, 4º, 53º e 54º, que definem os direitos referente a Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e destaca também os responsáveis por tal garantia.

O artigo 54º, item III do ECA, reforça também que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. É bem verdade que se pode ter diferentes interpretações deste item, mas este estudo concentra-se no fato de que além do atendimento promovido pelo Estado, o convívio maior e a prática mais presente serão aquelas desenvolvidas pelo professor em sala. Não é agir pensando apenas no cumprimento de leis, é agir consciente que diante de si há uma criança que foi diferenciada mediante características físicas ou mentais das outras, as consideradas “normais”, mas apesar dessa diferenciação, esta também merece um ensino de qualidade, que promova o pleno desenvolvimento.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), também promove princípios de igualdade, diversidade e equidade. E por isso, dentro dos princípios que envolvem a equidade, o documento deixa claro que é necessário um compromisso em reverter a situação exclusão histórica, e dentre os grupos mencionados estão as pessoas com deficiência.

[...] requer o compromisso com os alunos com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)¹⁴. (BNCC, 2018, p.15)

É válido mencionar que se pode encontrar falhas provenientes do próprio sistema educacional ou falhas no trabalho do professor. Contudo o objetivo deste artigo não é pontuar erros e encontrar responsáveis por tais, mas ampliar o conhecimento acerca deste assunto afim de contribuir nas atividades desenvolvidas em sala de aula.

O sistema de ensino deve oferecer respostas às necessidades educacionais de todos os alunos, pois, o movimento inclusivo nas escolas, por mais contestado que ainda seja, e até pelo caráter ameaçador de toda e qualquer mudança, especialmente no meio educacional, é irreversível e convence a todos pela sua lógica e pela ética do seu posicionamento social. (VAZ, 2019, p.9)

Em síntese, avaliando os expostos deste capítulo, percebe-se que o Brasil dispõe de um conjunto de leis e diretrizes que se completam e que precisam ser seguidas pelos profissionais de educação. Todos os segmentos escolares devem atuar de maneira a respeitar e garantir os direitos dos alunos. Estas leis e diretrizes servem para orientação, organização e planejamento das atividades na escola. É responsabilidade dos envolvidos na educação, promoverem o pleno desenvolvimento dos educandos, respeitando e atendendo suas necessidades educacionais.

CAPÍTULO II – FORMAÇÃO DOCENTE

Dando continuidade, o estudo segue para a sistematização referente aos docentes, afinal, como mencionado, estes são figuras ponderosas no que diz respeito ao assunto. A escola em si pode apresentar ações e ideias consideráveis sobre inclusão, entretanto, se em sala não houver a aplicação destas ideias e ações, o alvo não será atingido. É em sala, junto ao professor que o aluno que tem o diagnóstico de DI terá suas maiores vivências. Por esta razão que um dos capítulos se dedica a abordar sobre formação de professores, afinal a atuação dele é a responsável pela maior parte das vivências que o aluno terá.

Para os professores, a alegria de percebê-los cada vez mais sabidos e curiosos e a vontade de fazê-los efetivos protagonistas das aulas que ministrarão. A certeza de que não os ensinarão, mas poderão contribuir de forma decisiva para iluminar suas inteligências e afiar suas muitas competências. (ANTUNES, 2014, p.14).

Em seu livro “Entre o real e o ideal: a imagem docente no contexto atual”, Oberdan Andrade, destacou que muito se pergunta sobre a imagem do professor ideal a importância de sua imagem por meio de sua representatividade. Pensando neste assunto, ele dedicou-se em estudar a respeito das percepções dos alunos. Mesmo que seus estudos não estejam voltados à mesma ideia deste exposto, é válido sua reflexão referente a imagem que se tem do professor. Segundo o autor “É bem verdade que o modelo de educação tradicional não contribui de forma eficiente para a eficácia de uma imagem positiva do professor. (ANDRADE, 2021, p.12)

Não só o modelo, mas as concepções que se tem dos professores fazem com que estes sejam muitas vezes considerados despreparados para a função. E indo além, digitando “professores despreparados” em um site de pesquisa, irá aparecer algumas matérias destacando que alguns professores se sentem despreparados, e não estamos falando do despreparado apenas em termos de inclusão. Não se aplica os nossos estudos a veracidade das matérias, porém é válido mencionar que as manchetes veiculadas e acessadas por muitas pessoas contribuem para o aumento da ideia de professores despreparados.

No documento elaborado pela UNESCO, em 2004, “O perfil dos professores brasileiros: O que fazem, o que pensam, o que almejam”, os autores já falavam que alguns professores já estavam desmotivados com sua atuação.

A desmotivação e os cada vez mais elevados níveis de evasão registrados entre os docentes, no caso do Brasil, parecem refletir as observações de

Camargo, conforme demonstram pesquisas de Lapo e Bueno (2002), que apontam para o fato de que o grau de satisfação ou de insatisfação com o trabalho docente pode estar diretamente relacionado aos resultados – bons ou ruins – de sua própria atuação como mediador no processo ensino-aprendizagem, em uma dinâmica de rápidas e profundas transformações, cujo reflexo não consegue traduzir em seu trabalho. (UNESCO, 2004)

Diante das informações apresentadas, percebe-se que nem todas as pessoas possuem uma imagem positiva do professor, e que estas muitas vezes se veem despreparados frente a sua função. A formação dos professores sempre foi tema de estudo de vários pesquisadores, afinal, isto é, de extrema importância. “Desse modo, pesquisar, discutir e problematizar a temática da formação de professores ainda é uma tarefa urgente e necessária.” (BRAZIER; BARROS, 2021, p.7)

Fábio Brazier e Adelir de Barros, dedicaram-se a falar sobre o assunto no livro “Formação continuada de professores e prática pedagógicas: Desafios e possibilidades do século XXI”, e complementando a citação acima, os autores exploram que mesmo que exista várias pesquisas, ainda há questões não resolvidas. Pensando nisto, pode-se atribuir a formação dos professores o status de questões não resolvidas, visto que a sociedade passa por constantes transformações, e por este motivo, os profissionais da educação necessitam sempre buscar preparo para acompanhar estas transformações. “A educação atravessa grandes provocações com as emergentes transformações dos modelos vigentes atuais.” (BELLI; HENRIQUES, 2021, p.6)

Acrescentando as ideias acima, Aline Maria Pereira e Cláudia Neves, no mesmo livro, afirmam que o desenvolvimento profissional e a formação da identidade integram o compromisso no ensinar e aprender. As palavras crítico, reflexivo, investigador e criativo, colocadas pelas autoras são claras e objetivas quanto a atuação do professor. Um profissional que atue pensando e proporcionando estes quatro objetivos, apresentará um ambiente de profundas transformações e significados.

Por ser intrínseca ao indivíduo, a identidade profissional se configura como uma teia de histórias, rituais e processos constituídos que se agregam aos elementos promovidos pela formação inicial e continuada do educador. Pautada pelas subjetividades, a formação do professor requer que seja estabelecida uma relação entre os limites sociais e históricos da comunidade e o momento da história em que ocorre. Exige-se do professor competência e profissionalismo para um fazer docente crítico e reflexivo, investigador e criativo.” (PEREIRA; NEVES, 2021, p. 15)

Além disso, as educadoras enfatizam que devido as necessidades sociais, há uma exigência de concepções inovadoras que envolvem a educação, contudo, há

também a exigência de aprendizagem e formação. O professor não pode se resumir apenas aos conhecimentos promovidos no momento de graduação. “No entanto, na sociedade atual, o conhecimento tem prazo de validade e isso obriga ao estabelecimento de garantias formais e informais de atualização por parte dos profissionais, exigindo permanente atividade de aprendizagem e formação.” (PEREIRA; NEVES, 2021, p.15)

Elaborado em 2015, o E-book “Currículo, didática e formação de professores”, alguns pesquisadores se dedicaram a análise no que diz respeito a formação dos professores. Ao final dos estudos, eles chegaram à conclusão de que esta formação deve contribuir no que chamam de fortalecimento do profissionalismo docente. Entende-se e reafirma-se a importância do docente, mesmo que o cenário educacional muitas vezes demonstre o contrário.

Na formação de professores, não se trata de estes não serem concebidos como meros técnicos executores de um currículo e de um projeto político-pedagógico externamente idealizado, mas, ao contrário, de os reconhecer como configuradores do currículo vivido. (LEITE, 2019, cap.8)

No livro “Educação especial: Formação de professores para inclusão escolar”, Jáima Pinheiro, destaca a relevância que o pedagogo nas etapas iniciais da Educação Básica, colocando como a formação base para os profissionais que pretendem atuar nessas áreas. Considerando os alunos de 6 a 9 anos, público deste artigo, compreende-se que é neste período que a educação deve ser fortalecida. Não diminuindo as demais etapas, mas se o trabalho for bem realizado nos anos iniciais, certamente a base estará fortalecida para as séries seguintes. E o pedagogo é o profissional que atua nos anos iniciais, ele é o responsável por esta etapa tão significativa.

Essa questão apresentada por Jáima Pinheiro (2022), permite a reflexão da importância de uma formação e preparo adequado do profissional. Seja qual for o grupo é preciso preparo adequado, e não pode ser diferente para aqueles que atuarão com crianças que requerem um olhar diferenciado devido suas dificuldades. O sucesso da inclusão escolar, parte muito do papel do professor.

Essa formação é a que fornece base para os profissionais ou professores que atuam ou pretendem atuar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, etapas de escolarização decisivas para a formação de todos os sujeitos. Existem outros campos de atuação do pedagogo, claro, mas destacaremos aqui seu papel como professor dessas etapas iniciais da educação básica, porque tem fundamental importância na promoção do sucesso de inclusão escolar. (DE OLIVEIRA, 2022, p.71)

Contribuindo a análise sobre o assunto, é válido destacar o criador da pedagogia da libertação, Paulo Freire, que possuía conceitos envolvendo a formação de professores. Mesmo que seu pensar pareça distante do nosso cotidiano, pode-se usar de suas ideias para a reflexão referente a formação de professores. O livro “Professores e professoautos: Reflexões sobre a aula e práticas pedagógicas diversas”, dedica algumas páginas para discorrer sobre a aula excelente segundo Paulo Freire. E sobre a formação de professores, o autor destaca o seguinte pensamento:

A educação não pode abrir mão de uma formação técnica e científica, mas necessita também abrigar sonhos e utopias e, portanto, exige dupla leitura (palavra/mundo – texto/contexto) para que, como profissional, o professor se sinta sujeito da história como tempo de possibilidades e não de determinismos e ainda saber que, embora a educação não possa tudo, pode contribuir para a transformação do mundo em algo melhor. (ANTUNES, 2014, p.184)

Falar das práticas docentes, é refletir na relação aluno-professor, refletir sobre os resultados desta relação, o que se espera deste momento. O educador Paulo Freire (1985, p.67) sintetiza essa prática, afirmando que:

- a) o educador é o que educa;
- b) os educandos, os que são educados;
- c) o educador é o que pensa; os educandos, os pensados;
- d) o educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente;
- e) o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados;
- f) o educador é o que opta e prescreve a sua opção; os educandos; os que seguem a prescrição;
- g) o educador é o que atua; os educandos, os que têm a ilusão de que atuam, na atuação do educador;
- h) o educador escolhe o conteúdo programático; os educandos jamais são ouvidos nesta escolha, acomodam-se a ele;
- i) o educador identifica a autoridade do saber com sua autoridade funcional, que se opõe antagonicamente à liberdade do educando; estes devem adaptar-se às determinações daquele;
- j) o educador, finalmente, é o sujeito do processo; o educando, meios objetos.

Em síntese, compreende-se que há a necessidade de aperfeiçoamento por parte dos professores. O campo de atuação pode parecer difícil, sem perspectivas e fazer com que o profissional se veja desmotivado, inclusive para buscar atualização. As constantes transformações exigem destes profissionais a permanente formação para que seja possível o acompanhamento de tais mudanças. O professor não é o único profissional do meio escolar, mas é o profissional de destaque para os alunos, aquele que está mais próximo, logo a prática deste tem grande influência.

CAPÍTULO III – DEFINIÇÃO DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Se faz necessário dentro do assunto deste artigo, abordar o conceito que envolve o termo “deficiência intelectual”, uma vez que o público-alvo deste artigo, são os alunos com esta condição. Se no passado não havia termos corretos ou até mesmo conhecimento acerca das deficiências, hoje com os estudos elaborados, há definição e conceito para cada dificuldade/ deficiência que uma pessoa possua. Mas, nem todas as pessoas têm conhecimento acerca do assunto. Assim sendo, surge o questionamento: O que é deficiência intelectual? Com o intuito de conhecimento, e até mesmo o respeito e combate à discriminação, é importante conhecer as definições que envolvem as questões de inclusão.

Para responder à pergunta feita anteriormente, as ideias apresentadas do livro “Deficiência intelectual: da eliminação à inclusão”, se fazem pontuais. O primeiro ponto apresentado pela autora é que pode haver um desconforto por parte de alguns pelo uso da expressão “deficiência intelectual”, uma vez que esta pode ser confundida com “deficiência mental”. “A natureza da deficiência intelectual é uma discussão que antecede a da terminologia e nesta também não há consenso.” (TRANCOSO, 2020, p. 46). É possível encontrar materiais que falam da deficiência mental de uma forma muito semelhante a deficiência intelectual, isso porque durante muito tempo esse era o conhecimento sobre o assunto.

Por muito tempo não havia o cuidado com as terminologias utilizadas, e isso fez com que muitas pessoas criassem conceitos, ideias e expressões erradas de muitas deficiências, hoje é preciso ter o cuidado com as terminologias e conceitos que se tem, para não aja falas ou práticas que promovam a discriminação e exclusão. Pesquisadores como Romeu Kazumi Sassaki, se dedicaram a mudar estas terminologias. “A construção de uma verdadeira sociedade inclusiva passa também pelo cuidado com a linguagem.” (SASSAKI, online).

Apesar da citação de Trancoso, onde a autora preferiu não apresentar uma definição objetiva, Adiele Corso, apresenta como definição para deficiência intelectual, aqueles que possuem prejuízos no domínio conceitual, social e prático, e estes podem ser classificados em deficiência intelectual leve, moderada, grave e profunda. A autora ainda salienta que o nível de prejuízo intelectual pode ser utilizado como um indicativo.

São indivíduos que possuem prejuízos no domínio conceitual, social e prático, sendo classificados em deficiência intelectual leve, moderada, grave e profunda.

O nível de prejuízo intelectual pode ser indicativo de maior ou menor capacidade de aprendizagem. (CORSO, 2020, p.28)

A autora em questão, apresenta também uma classificação mais ampla com os critérios descritos de acordo com DSM-V (APA, 2000), que foram apresentados no seguinte quadro, conforme a Figura 1.

Figura 1 – Critério para classificação da deficiência intelectual

Nível de gravidade	Domínio conceitual	Domínio social	Domínio prático
Leve	Dificuldades na leitura, escrita, matemática, pensamento abstrato, funções executivas (planejamento), memória de curto prazo, uso funcional de habilidades acadêmicas.	Imaturidade nas relações sociais, comunicação mais concreta, podem existir dificuldade na regulação das emoções, julgamento social imaturo.	Cuidados pessoais pode ser de acordo com a idade. Algum apoio em tarefas complexas na vida diária. Apoio para criar uma família.
Moderada	Habilidades conceituais bastante atrás dos companheiros. Lento progresso acadêmico. Em adultos, nível elementar.	Linguagem oral bem menos complexa. Julgamento social e capacidade de tomar decisões prejudicados. Necessidade de apoio social.	Pode se vestir e comer sozinho, embora necessite de período prolongado de ensino. No trabalho precisa de apoio considerável.
Grave	Limitado alcance em habilidades conceituais. Normalmente com pouca compreensão da linguagem escrita ou números.	Linguagem oral bastante limitada, geralmente composta de palavras ou expressões isoladas. Relações familiares como fonte de ajuda e prazer.	Necessita de apoio e supervisão para todas as atividades cotidianas.
Profunda	Habilidades conceituais voltadas ao mundo físico e não ao simbólico. Pode fazer uso funcional de alguns objetos.	Compreensão muito limitada da compreensão simbólica da fala ou nos objetos. Ampla expressão dos próprios desejos e emoções. Pode ter prejuízos sensoriais e físicos.	Depende dos demais para sua segurança e cuidados.

Fonte: Corso (2020, p. 29)

Como complemento a citação, segue também as palavras de outros autores: “São considerados indivíduos com deficiência intelectual aqueles que são donos de funcionamentos intelectuais abaixo da média, com manifestações antes dos 18 anos e limitações de comunicação, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.” (FALCONI; SILVA, 2002). Considerando as citações apresentadas, entende-se que a deficiência intelectual pode ser caracterizada como o atraso no desenvolvimento, e com isso surgem algumas dificuldades. Estas dificuldades podem ocorrer no aprendizado, nas atividades do cotidiano e interações, isso pelo fato do cognitivo não corresponder à média esperada.

Adiele Corso, em seus estudos, apresenta ainda uma série de características sugestivas, e certamente, os profissionais que atuam ou já atuaram com alunos com esta deficiência já acompanharam algumas destas características. A menção destas características não tem por objetivo criar padrões para diagnóstico, mas servir como conhecimento acerca do assunto. As características apresentadas, segundo Corso (2020, p. 30), são:

- Atraso no desenvolvimento neuropsicomotor;
- Atraso na linguagem;
- Dificuldade em atividades da vida diária, como vestir-se sozinho, comer sozinho, realizar higiene corporal, ter autonomia;
- Lentidão na aprendizagem, com atraso acentuado no rendimento escolar;
- Dificuldade na recepção, percepção, memorização e evocação frente aos estímulos visuais, táteis e auditivos;
- Dificuldade de integração ao meio social e familiar, entre outras.

De maneira geral, a deficiência intelectual é a limitação que faz com que a pessoa apresente um atraso em seu desenvolvimento, trazendo dificuldades no aspecto cognitivo, social e prático. Fica claro que, no que diz respeito a definição, entende-se que há diferentes classificações e características sugestivas. Sendo assim, o professor deve ter consciência que não existe um padrão a ser seguido. Cada criança terá suas facilidades e dificuldades. O que se pode encontrar são ideias sugestivas que precisarão serem avaliadas para depois serem aplicadas. Desta forma, o professor consegue desenvolver práticas significativas.

CAPÍTULO IV - CARACTERÍSTICAS DO APRENDIZADO DA CRIANÇA

O último capítulo consiste no estudo das características do aprendizado da criança. Primeiramente, é importante salientar o que foi exposto no capítulo anterior. Não há um padrão a ser seguido, uma vez que os alunos com esta deficiência podem apresentar características diferentes. O desenvolvimento a seguir, são ideias sugestivas que podem ser utilizadas no trabalho do professor. E, como mencionado nos objetivos, o enfoque está no ensino da leitura e escrita.

Sobre esse tema, Bengston e Pino (2018, p. 28) explicam que o “Letramento é uma forma de inclusão. Letrado, o ser humano dá o primeiro passo na busca por uma construção intelectual que lhe permite, pela palavra escrita, ler o mundo que o rodeia, em seus mais diversos matizes.”

As crianças começam a aprender a partir de várias informações do meio social onde vivem, não esperando a intervenção da escola para iniciar seu aprendizado. A BNCC, o documento normativo para as redes de ensino coloca como importante o compromisso com a construção intencional de processos educativos visando a aprendizagem relacionada as necessidades, possibilidades e interesses.

Assim, a BNCC propõe a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida. (BNCC, 2018, p. 15)

Como o trabalho está relacionado à alfabetização, é necessário antes refletir sobre as questões que envolvem a alfabetização. Para muitos, alfabetizar é apenas o ato de ler e escrever, contudo na prática alfabetização engloba vários fatores que vão além. Alfabetização não pode ser resumido apenas a este ato. A pessoa quando alfabetizada precisa ser capaz de agir sobre o mundo e poder ser transformado, conforme apresenta COLELLO, 2021.

Além da inserção na esfera social e da conseqüente geração da consciência, a língua garante o direito à palavra que singulariza o homem pela possibilidade de assumir posturas ou papéis sociais e, conseqüentemente, responsabilidades na relação com o que está a sua volta. Vem daí a possibilidade de agir sobre o mundo e por ele transformado.” (COLELLO, 2021, online).

Como apresentado no primeiro capítulo, seguindo os artigos previstos na “Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência”, a pessoa com deficiência tem o direito à educação de qualidade e o aprendizado deve ocorrer de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades. Assim sendo, esta inserção na esfera social apresentada por Colello, aplica-se a eles também. “Aprender a ler e escrever significa, portanto, (res)significar a linguagem e, assim, redimensionar a relação com o mundo.” (COLELLO, 2021, online)

Entendida a importância da alfabetização, além da ação de ler e escrever, o presente estudo segue para a contextualização dos recursos que podem ser utilizados nas práticas com alunos deficientes intelectualmente. É bem verdade que o professor deve avaliar seu contexto escolar e selecionar aquilo que considerar melhor dentro das necessidades que precisa atender. Reafirmando espera-se que este estudo contribua para uma prática inclusiva. “A Educação Inclusiva é a educação para todos, que visa reverter o percurso de exclusão ao criar condições, estruturas e espaço para a uma diversidade de educandos.” (VAZ, 2019, p. 10.)

Com a facilidade de compartilhamento de ideias que a internet nos permite, é possível encontrar diversas atividades adaptadas a fim de atender os alunos com dificuldade. Como é grande o número de sugestões que se tem, este artigo se concentra em apresentar ideias de acordo com os estudos apresentados no capítulo anterior. Utilizando o trabalho de Adiele Corso, serão apresentadas algumas atividades com objetivos diferentes. Estes objetivos contemplam os aspectos de domínio conceitual, social e prático que foram apresentados na figura 1. Ressaltando que, a referida autora fez uma classificação em leve, moderada, grave e profunda, por isso, novamente se reforça que o professor precisa avaliar o que se aplica ou não ao seu contexto.

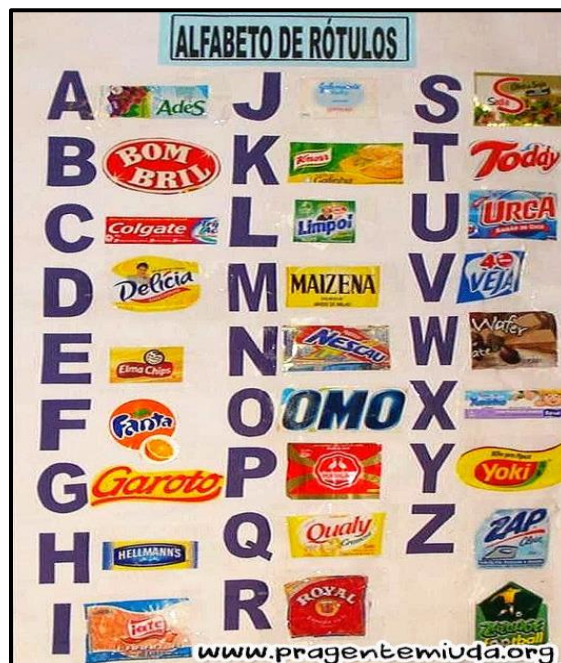
Pensando na questão do estímulo de domínio conceitual à sua aplicação na vida real, a primeira atividade sugestiva envolve o uso de rótulos, conforme será apresentado na Figura 2. Este modelo de atividade, bem como os outros a serem apresentados buscam atender a umas das competências específicas de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental. A competência em questão é a de número 2, disposta à página 87, do arquivo digital da BNCC:

Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar

suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com autonomia e protagonismo na vida social.”

A atividade com rótulos pode ser desenvolvida como no exemplo abaixo, onde o aluno faz a inferência da letra inicial da embalagem com as letras do alfabeto. Se fossem ser listadas, seria possível perceber que este exercício desenvolve vários aspectos, não somente a memorização de letras. Com os rótulos, o aluno vai percebendo a escrita além da sala de aula, ele poderá perceber a escrita em seu cotidiano.

Figura 2 - Rótulos



Fonte: Pinterest, 2023.

A atividade pode parecer simples, mas esta permite a inserção do aluno ao mundo letrado. Com esta atividade, propõe-se que o aluno consiga fazer as relações com situações cotidianas. Melhor que memorizar o alfabeto através das exposições ornamentais em sala, é fazer a associação com situações práticas. Observando a imagem, percebe-se que o aluno realiza a associação com objetos reais, do cotidiano, e com isso além do conceito, é permitido a exploração de objetivos, espaços, locais e outros, até mesmo o estímulo a curiosidade.

A próxima atividade, representada na Figura 2, apresenta exemplos de materiais adaptados de figuras e objetos concretos. Como apresentado no quadro da Figura 1, a ausência conceitual pode ocasionar a dificuldade nas interações sociais.

O próximo exemplo configura-se como atividade que promove a comunicação alternativa, que tem sido utilizada por muitos para auxílio da comunicação das pessoas no dia a dia.

Como uma forma de auxiliar as pessoas que possuem dificuldades na habilidade de comunicação, surge a comunicação alternativa. A comunicação nada mais é que uma técnica busca ampliar a capacidade comunicativa de pessoas deficientes. Esta técnica pode também ser um recurso para o professor em sala de aula. Ainda usando de referência o estudo de Adiele Corso, que colocou como uma das características da deficiência intelectual o atraso na linguagem, atividades de comunicação alternativa são bons recursos pedagógicos.

O termo “Comunicação Aumentativa e Alternativa” vem da língua inglesa traduzida a expressão *Augmentative and Alternative Communication*. A expressão utilizada anteriormente, comunicação alternativa, é o termo resumido. De acordo com Sartoretto e Bersch (2023), que fazem parte de uma equipe especializada em tecnologia assistiva e que possuem um compromisso com a inclusão na educação, a comunicação alternativa é entendida como:

A área da Tecnologia Assistiva que se destina especificamente à ampliação de habilidades de comunicação é denominada de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA). A Comunicação Aumentativa e Alternativa destina-se a pessoas sem fala ou sem escrita funcional ou em defasagem entre sua necessidade comunicativa e sua habilidade de falar e/ou escrever. (SARTORETTO e BERSCH, 2023, online)

As autoras ainda realçam que as atividades que envolvem a comunicação alternativa são organizadas e construídas com auxílio externos com o objetivo de ampliar ainda mais o repertório comunicativo envolvendo as habilidades de expressão e compreensão. O fato destes recursos serem construídos de maneira personalizada permitem que seja atendido as necessidades de comunicação de pessoa em questão. Elas colocam como exemplos destas atividades, cartões de comunicação, prancha de comunicação com símbolos fotos ou figuras e prancha de comunicação alfabética. O exemplo a ser apresentado na Figura 3, refere-se ao cartão de comunicação elaborado com símbolos gráficos representativos de imagens.

Figura 3 - Figura de comunicação alternativa

Fonte: Pinterest (2023).

A proposta neste tipo de atividade, é buscar outros meios de comunicação, uma vez que no âmbito social, a criança com DI, pode apresentar uma linguagem oral limitada. Assim como na atividade com rótulos, percebe-se que os recursos pedagógicos, em muitas vezes, são desenvolvidos de maneira simples. Não é necessária uma preocupação com coisas extravagantes. Se realizados de maneira planejada e organizada, o simples se torna muito eficaz.

O próximo modelo de atividade, pretende explorar o domínio social. Segundo Corso (2020), a criança com DI pode apresentar dificuldades em regular as emoções, um julgamento social imaturo. A imagem a seguir apresenta uma “Lata das emoções”, atividade em que a criança explora seus sentimentos e emoções compartilhando como se sente diante da situação que lhe for apresentada.

Figura 4 - Lata das emoções

Fonte: Materiais educativos (2023).

O exemplo da Figura 4 é uma das várias opções de atividades que podem ser desenvolvidas pensando no trabalho com as emoções. A oitava competência geral da

Educação Básica, disposta na BNCC, diz que é preciso permitir a criança conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional. Ainda nesta competência, é declarado que ela precisa compreender-se na diversidade humana e reconhecer suas emoções e a do próximo, com autocrítica e a capacidade de lidar com elas.

Por fim, outro modelo de atividade que pode ser utilizada pelo professor, esta que é exemplo de atividade que contempla o terceiro item apresentado por Corso (2020), o domínio prático. Salientando que estas vão desenvolver principalmente os cuidados pessoais. Atividades de vestir-se, higiene e outros. O resultado de tais práticas irá promover aos poucos a independência nas atividades, afinal os estudos aqui relatados mostraram que pode haver dificuldade nas atividades diárias que promovem autonomia.

Figura 5 – Atividade lúdica de higiene pessoal



Fonte: Ceeva (2023).

O exemplo em questão, apresenta uma prática envolvendo a higiene pessoal, mas sabe-se que a higiene envolve uma série de hábitos e cuidados. De acordo com o teor da Figura 1, que tem sido fonte de referência, crianças com deficiência podem apresentar a necessidade de ajuda com os cuidados pessoais. Seguindo o modelo proposto acima, o docente pode utilizar de atividades lúdicas para aos poucos irem desenvolvendo as ideias e conceitos de higiene cuidados e assim contribuir para que o discente possa desenvolver sua autonomia.

Em suma, fazendo uso dos estudos da referida autora, Adiele Corso, compreende-se que o aprendizado das crianças com DI pode ser realizado dentro dos três âmbitos mencionados (conceitual, social e prático), e respeitando a individualidade de cada aluno. A partir da compreensão referente estes aspectos, o professor consegue ir direcionando suas práticas de maneira significativa. Se faz necessário também a avaliação e planejamento para que seja elaborado atividades que atendam a especificidades do aluno em questão. Os exemplos utilizados, mostram que os recursos pedagógicos podem ser simples, desde que bem elaborados e aplicados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O assunto é importante, é atual e válido para todos os profissionais da educação. Pode ser que ainda haja muito a ser estudado e entendido. Entretanto, já se tem alguns pareceres sobre a pessoa com deficiência intelectual. Dificilmente ou até mesmo impossível uma escola não ter um aluno com deficiência ou dificuldade. Desta forma, entende-se que é preciso que toda pessoa que atue no ambiente escolar tenha o conhecimento e se não, que tenha meios de buscar este conhecimento. Para alguns a escola inclusiva é uma ilusão, longe de ser alcançada, porém os estudos aqui desenvolvidos mostraram que esta não é a realidade, e não pode servir de regra geral. Pelo contrário, os estudos mostraram que é possível promover um ambiente de ensino inclusivo.

Pela observação dos aspectos analisados, compreende-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido no que tange a educação, principalmente na educação inclusiva. Os documentos legais estudados, mostram que em termo de leis, o país possui uma boa legislação. Os documentos oficiais são pontuais quanto as questões de inclusão. Mesmo que para alguns possa parecer que o sistema de ensino não está preparado para atender as necessidades com qualidade.

Se as leis fossem colocadas em prática, por todos os segmentos escolares, certamente a percepção seria diferente. Certamente, as questões que envolvem a inclusão escolar, aconteceriam de maneira diferente. Isso pelo fato de as leis proporem de maneira a garantir tudo o que é necessário para o ensino de qualidade dos alunos deficientes.

Em relação aos docentes e sua formação, entende-se que muitos destes profissionais se sentem despreparados. Os motivos para este sentimento são variados, e que isto pode ser um fator que atrapalhe o desempenho profissional. Mas, o professor pode atuar de maneira diferente, compreender seu papel como agente transformador, compreendendo seu valor. É importante reafirmar que as constantes mudanças exigem, constante atualização por parte dos professores, a busca por mais conhecimento deve ser permanente.

Todos envolvidos no processo educacional possuem seus valores, entretanto, diante do tema fica o destaque para o professor que atua mais próximo dos alunos. Ali, no contato no dia a dia em sala de aula, o docente tem em mãos o poder transformador na vida dos alunos, ressignificando a vida daqueles que tem contato.

Sobre os conceitos desenvolvidos no terceiro capítulo. Entende-se que por muito tempo houve ideias equivocadas sobre as terminologias, e algumas destas seguem até os dias atuais. Além disso, a exclusão e discriminação fez parte na vida acadêmica de muitos, o que também trouxe problemas. Observando os materiais de referência e suas respectivas datas de publicação, entende-se que deficiência intelectual é um termo mais recente, e que sem dúvidas ainda há muito o que estudar e acrescentar ao tema.

Por fim, as características do aprendizado das crianças. Mesmo que o diagnóstico seja o mesmo, crianças com DI podem apresentar características diferentes, é por essa razão, novamente, é mencionado a importância da atuação do professor. É ele quem vai trabalhar de maneira a atender as necessidades do aluno, buscando o domínio conceitual, social e prático, ou seja, o desenvolvimento integral.

As atividades que podem parecer simples, promovem ensinamentos além da sala de aula. Quanto aos recursos pedagógicos, conforme apresentado, observa-se que são todos os materiais disponíveis que promovam a aprendizagem. Os recursos não são objetos ou materiais excêntricos, pelo contrário, entendendo a necessidade do aluno com DI, muitas vezes esses materiais são mais simplificados. Com objetivos bem elaborados, o desenvolver destas ações promoverão uma compreensão significativa. Assim, entende-se que o planejamento do professor é essencial neste processo.

De acordo com os estudos apresentados, fica claro que a pessoa com deficiência intelectual precisa se conhecer e se descobrir como verdadeiramente ela é: com deveres e direitos, que precisam de educação de qualidade, para que se sinta valorizada tanto no aspecto de se relacionar com suas próprias capacidades sentimentos e emoções como também com o mundo exterior.

Em alguns casos, a escola é a principal, se não a única referência e espaço onde essas pessoas com deficiência terão seus direitos e deveres sendo garantidos. Deve se considerar que as ações pedagógicas que fazem mediação no ensino da leitura e escrita vão despertar o interesse e irão tornar favorecidos as pessoas com deficiência intelectual. Através destas ações é possível vivenciar o desenvolvimento em sua totalidade, contribuindo e permitindo que o sistema educacional brasileiro siga em direção a uma educação verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Oberdan. **Entre o real e o ideal: a imagem docente no contexto atual**. Jundiaí: Paco e Littera, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 05 out. 2023.

ANTUNES, Celso. **Professores e professauros: reflexões sobre a aula e práticas pedagógicas diversas**. São Paulo: Vozes, 2014. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BELLI, Jurema Iara Reis; HENRIQUES, Susana; NEVES, Cláudia (org.). **Formação de professores e inovação pedagógica**. 1. ed. Jundiaí: Paco e Littera, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 9 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 17 de nov. 2023.

BRASIL. Planalto. Casa Civil. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 18 de nov. de 2023.

BRASIL. Planalto. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 12 nov. 2023.

BRAZIER, Fábio; BARROS, Adelir Aparecida Marinho de (org.). **Formação continuada de professores e práticas pedagógicas: desafios e possibilidades do século XXI**. Jundiaí: Paco e Littera, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 nov. 2023.

CEEVA. Plataforma de imagens. Disponível em: <https://ceeva.com.br/cultivando-habitos-saudaveis-desde-a-infancia/>. Acesso em 20 de nov. de 2023.

COLELLO, S. M. G. **Alfabetização: o quê, por quê e como?**. São Paulo: Summus, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CORSO, Adiele Marques de Souza. **Deficiência intelectual e altas habilidades**. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 17 nov. 2023.

FALCONI R.M. e SILVA N.A.S **Estratégias de trabalho para alunos com deficiência mental AEE**. Disponível em: <https://especialdeadamantina.files.wordpress.com/2014/05/estratic3a9gias-de-trabalho-para-alunos-com-di.pdf>. Acesso em: 07 de nov. de 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 74 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985, 144p.

HAASE, Vitor Geraldi; SIMPLÍCIO, Henrique Augusto Torres; BENEDETTI, Katia Simone (org.). **Pedagogia do sucesso**: educação, sistema educacional e política. Belo Horizonte: Editora Ampla, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 13 nov. 2023.

MATERIAIS EDUCATIVOS. Loja de materiais educativos. Disponível em: <https://lojamateriaiseducativos.com.br/produto/lata-das-emocoes/>. Acesso em: 20 de nov. de 2023.

OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de. **Educação especial**: formação de professores para a inclusão escolar. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 15 nov. 2023.

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales; PACHECO, José Augusto (org.). **Currículo, didática e formação de professores**. Campinas, SP: Papirus, 2015. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 11 nov. 2023.

PACHECO, M. R. N. O. e. J. A. (org.). **Currículo, didática e formação de professores**. 1. ed. Campinas: Papirus, 2019. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 11 nov. 2023.

PINTEREST. Plataforma de imagens. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/693976623846031483/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

PINTEREST: Plataforma de imagens. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/265923552973751534/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH, Rita. **Assistiva**. Disponível em: <https://assistiva.com.br/ca.html>. Acesso em 17 de nov. 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/TERMINOLOGIA_SOBRE_DEFICIENCIA_NA_ERA_DA.pdf?1473203540. Acesso em: 20 de nov. 2023.

TRANCOSO, Bartira Santos. **Deficiência intelectual**: da eliminação à inclusão. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2020. [E-book]. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 15 nov. 2023.

UNESCO. **O Perfil dos professores brasileiros**: O que fazem, o que pensam, o que almejam. Pesquisa Nacional UNESCO, São Paulo: Moderna, 2004. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000027.pdf>. Acesso em: 07 de nov. de 2023.

VAZ, Wagner Ferreira. **Da inclusão educacional para a exclusão da aprendizagem**: uma abordagem psicopedagógica com alunos em deficiência

intelectual. Jundiaí, SP: Paco e Littera, 2019. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 20 nov. 2023.